

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 471.779 - SP (2018/0255571-2)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI**  
**ADVOGADA : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI - SP203432**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CLAUDIO ESMERO (PRESO)**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DECRETO N.º 9.246/2017. COMUTAÇÃO DE PENA. FALTA DE REQUISITO OBJETIVO. BENESSE RESTRITA AOS CONDENADOS QUE NÃO RECEBERAM O BENEFÍCIO ANTERIORMENTE. PRECEDENTES. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CLÁUDIO ESMERO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo em Execução Penal n.º 9002597-03.2018.8.26.0050.

Consta nos autos que o Juízo da 5.<sup>a</sup> Vara de Execuções Criminais da Comarca de São Paulo/SP indeferiu o pedido de comutação formulado com base no Decreto Presidencial n.º 9.246/2017 (fls. 24-25).

Contra o *decisum*, a Defesa interpôs agravo em execução, que foi desprovido pelo Colegiado de origem em acórdão assim ementado (fl. 27):

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO - Comutação (Decreto lei n.º 9.246/2017) – Indeferimento pelo Juízo 'a quo' – Recurso defensivo – Improcedência – Ausência de requisito objetivo – Art. 7.º A comutação da pena privativa de liberdade remanescente, aferida em 25 de dezembro de 2017, será concedida, nas seguintes proporções: Parágrafo único. A comutação a que se refere o caput será concedida às pessoas condenadas à pena privativa de liberdade que não tenham, até 25 de dezembro de 2017, obtido as comutações decorrentes de Decretos anteriores, independentemente de pedido anterior – Reeducando que foi beneficiado com a comutação de pena referente ao Decreto Presidencial n.º 8.172/2013 – Decisão mantida – Recurso improvido."*

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em síntese, que postulou a comutação da pena pois o Paciente "*preencheu o requisito de ordem objetiva bem como resta demonstrado o preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que não cometeu falta de natureza grave nos últimos 12 meses do referido decreto*" (fl. 5).

# Superior Tribunal de Justiça

Alega a existência de constrangimento ilegal no indeferimento do referido pedido, pois *"não há vedação para que o apenado que foi agraciado com a concessão de comutação de pena com fundamento em decretos anteriores tenha a pena comutada por força do art. 7º, I, II ou III, do Decreto Federal nº. 9.246/2017"* (fl. 7).

Defende que:

*"[...] ao contrário do que sustenta o v. acórdão proferido pela 8ª Câmara de Direito Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o art. 7º, parágrafo único, do Decreto Presidencial não criou óbice à concessão de comutação a quem já foi agraciado com tal benesse, pois, seu intuito foi estabelecer, tão somente, que as pessoas condenadas que se enquadram nas condições estabelecidas nos decretos anteriores, e que à época não foram beneficiadas, possuem, ainda agora, direito ao benefício, independentemente de pedido anterior"* (fl. 12)

Requer, em liminar e no mérito, a concessão da comutação de pena referente ao Decreto n.º 9.246/2017.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 34-35).

Foram prestadas informações às fls. 39-56.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 59-62).

É o relatório.

Decido.

O Juízo das Execuções Criminais indeferiu o pedido de comutação de pena com base na seguinte fundamentação (fls. 24-25, sem grifos no original):

***"Não verifico a presença do requisito objetivo indispensável para a concessão do benefício.***

***Isto porque, o parágrafo único do artigo 7º do Decreto Presidencial n.º 9.246/2017 dispõe: 'A comutado a que se refere o caput será concedida às pessoas condenadas à pena privativa de liberdade que não tenham, até 25 de dezembro de 2017, obtido as comutações decorrentes de Decretos anteriores, independente de pedido anterior'. A contrario sensu, fica vedada a comutado para sentenciados que já tenham se beneficiado de comutação por decretos anteriores.***

***Tal regra, aliada a não repetição de dispositivos comumente encontrados em decretos anteriores (vide art. 2º, § 1º e §2º, do decreto de 2015), que estabeleciam a forma de cálculo, mencionando a incidência de comutações anteriores, deixa evidente o intuito da Presidência da República em não tornar o benefício da comutação cumulativo.***

*Atende-se, assim, a critérios de justiça e proporcionalidade, já*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*que a incidência de comutação sobre comutação, especialmente quando incidente em pena já cumprida, acabava zerando a pena em lapso infinitamente menor que a condenação original.*

*Assim, tendo em vista que o sentenciado obteve a comutação de suas penas com base no Decreto Presidencial nº 8.172/2013 (fls. 296 do roteiro de penas) e que todas as presentes GR's foram consideradas para concessão do benefício, de rigor o indeferimento do pedido.*

*Ante o exposto, indeferido o pedido de comutação de penas com base no Decreto Presidencial nº 9.246/2017."*

O colegiado de origem expôs as seguintes razões ao negar provimento ao agravo em execução (fls. 51-54):

*"O recurso interposto não comporta provimento.*

*Verifica-se dos autos que o reeducando não preenche o requisito objetivo necessário à concessão do pedido, eis que até a data da edição do decreto presidencial - 25/12/2017 - já havia sido beneficiado com a comutação de pena referente ao Decreto Presidencial nº 8.172/2013, sendo certo que nos termos do parágrafo único, do artigo 7º do Decreto Presidencial nº 9.246/2017, a concessão de nova comutação não é permitida" (fl. 28)*

Dos trechos acima transcritos, verifica-se que as instâncias de origem estão em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a exegese do art. 7.º, parágrafo único, do Decreto n.º 9.246/2017, expressamente limita o deferimento da comutação a quem não tenha obtido comutação decorrente de decreto anterior.

Confira-se:

**"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. COMUTAÇÃO DE PENA. DECRETO PRESIDENCIAL N. 9.246/2017. VEDAÇÃO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO A QUEM TENHA OBTIDO OUTRAS COMUTAÇÕES DECORRENTES DE DECRETOS ANTERIORES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

**1. O Decreto n.º 9.246/2017 veda, expressa e taxativamente, em seu art. 7.º, parágrafo único, a concessão da comutação por ele instituída, a quem já tenha sido beneficiado por igual benesse processual decorrente de decretos anteriores.**

**2. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 466.918/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 06/11/2018, sem grifos no original.)**

No mesmo sentido, vejam-se, ainda, as seguintes decisões: HC n.º 469.331/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 15/10/2018;

# *Superior Tribunal de Justiça*

HC 471.788/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/10/2018.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

